



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

**Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios
da política social”**

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Mundo do Trabalho

A face contemporânea da captura da subjetividade e passivização da classe trabalhadora: a assistencialização do trabalho

Janete Luzia Leite¹

Resumo

Este trabalho analisa as estratégias contemporâneas empreendidas pelo Estado capitalista para capturar a subjetividade da classe trabalhadora a partir da sua inserção no mundo do trabalho em tempos de desemprego estrutural. Para tanto, investiga os programas de qualificação para o trabalho oferecido pelo Estado a partir de documentos nacionais e internacionais destinados à geração de emprego. Conclui que estes programas formam trabalhadores para inserção precária e desprotegida no mercado de trabalho, mas ideologicamente cumprem sua função ao “incluir” os indivíduos no mundo do trabalho e do consumo, mantendo a reprodução capitalista e passivizando a classe trabalhadora.

Palavras-chave Trabalho. Desemprego. Programas de emprego e renda. Passivização.

Abstract

This paper analyzes the contemporaneous strategies undertaken by the capitalist State to capture the working class subjectivity from its insertion in the working world at times of structural unemployment. For this purpose, it investigates the qualifying programs for the labor offered by the State from national and international documents destined for jobs generation. It concluded that these programs form workers for a poor and unprotected insertion in the labor market, but ideologically fulfill its role when “insert” the people in the work and consumption world, keeping the capitalist reproduction and passivising the working class.

Keywords Labor. Unemployment. Qualifying programs for the labor. Passivising.

¹ Professora Associada da Escola de Serviço Social da UFRJ. Doutora em Serviço Social. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Políticas Públicas, “Questão Social” e Serviço Social – NUPEQUESS/UFRJ – Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

INTRODUÇÃO

No processo de transformação-adaptação que o capitalismo realiza historicamente, algumas mudanças se repetem. Para a sobrevivência e a expansão do sistema capitalista, estas mudanças atuam tanto nas formas de exploração do trabalho, quanto nas características de reprodução ideológica e material da força de trabalho (tendo o Estado e suas instituições como principais parceiros).

A sociedade capitalista vem implicando em um amplo processo de acumulação, aumentando a produtividade do trabalho, que se tornou um produto de suas forças mais poderosas. É um processo que tem, na sua constituição, uma tendência a reduzir o emprego da força de trabalho ante a potenciação dos meios de produção. A concentração e centralização dos capitais impulsionados pelo crédito e pela concorrência também ampliam a escala da produção. E isso hoje se intensifica mediante a utilização de uma maior quantidade de trabalho e um número menor de trabalhadores, exacerbando tanto a jornada quanto a intensificação do trabalho, fazendo com que a sobrecarga de alguns condene à ociosidade forçada amplos segmentos de trabalhadores aptos para o trabalho (LEITE, 2010).

As metamorfoses que incidem hodiernamente sobre o mundo do trabalho (ou mundo do capital, nas palavras de Dias, (1999) são consequência do processo da tentativa de reestruturação do capitalismo a partir da crise instaurada nos anos 1970. O trabalho passou a ser reorganizado, combinando novas e antigas formas de acumulação, provocando o aumento do desemprego estrutural, formas de precarização laboral e retrocesso dos direitos trabalhistas, desvelando novas expressões da “questão social”.

O mercado começa a demarcar as fronteiras dos Estados e lhes exige que facilitem seu livre movimento, intervindo somente nas áreas não mercantilizáveis. Tem-se, assim, por um lado, a redução e a focalização da ação estatal para aqueles casos mais imediatos e urgentes (a subsidiariedade do Estado); e, por outro lado, a privatização e a mercadorização dos serviços sociais a serem adquiridos pelo “cidadão consumidor” (MOTA, 2005).

Há, assim, uma expansão mundial da "desproteção social". O desemprego estrutural e o aumento da pobreza e da miséria sociais (causados pela combinação de desemprego, retirada de direitos e enxugamento de políticas sociais) provocam a

ascensão de uma franja social que começou a ser considerada "desnecessária" ao capital, ou seja, que não se inseriria na economia. Esta franja social manifesta-se por meio de uma horda de neofamélicos e neomiseráveis, que não só colocam em xeque as maravilhas propaladas pelos arautos do neoliberalismo, como ameaçam a sua continuidade, pois são a prova cabal da falência deste modelo.

A pobreza, caracterizada por estas franjas sociais, é vista como algo ineliminável, pois faz parte do ordenamento social. Desta forma, há que mantê-la em níveis suportáveis, ou seja, há que se combater a pobreza absoluta², sendo fundamental *controlá-la*.

A atual conjuntura conduz à hegemonia³ do neoliberalismo – tanto em nível ideológico quanto prático – o que exige a reconfiguração do Estado. Mas a conjugação dos elementos necessários a essa reconfiguração implica em uma nova sociabilidade, que se inicia com o redimensionamento das classes trabalhadoras. Novamente a subjetividade dos trabalhadores precisa ser capturada e remoldada a partir de um padrão de individualismo no qual a luta de classes deve ser obscurecida, dando lugar a um estranhamento interclasses.

Ora, um dos meios mais eficazes e tradicionalmente utilizados para a consecução deste objetivo é a reconformação do mundo do trabalho. Entretanto, somente reestruturá-lo já não basta. A captura – por inteiro – da subjetividade do trabalhador e a sua incorporação à ordem do capital (coração e mente) é, agora, indispensável.

Neste quadro, o Estado põe em curso uma verdadeira parafernália de políticas sociais, que buscam incessantemente passivizar e apoderar-se das chamadas “classes perigosas”, por meio de intervenções pontuais que incidem sobre os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, ou seja, os mais pobres dentre os pobres.

Uma vez que a pobreza contemporânea é potencializada – em grande parte, mas não exclusivamente – pelo trabalho (ou a falta deste), o trabalhador e sua família

² Aquela que envolve uma renda diária per capita de um dólar, e que é o principal foco dos Objetivos do Milênio.

³ Aqui utilizada de acordo com a formulação de Dias (1999, p. 43): “Projeto que permite expressar o programa, o horizonte ideológico no qual as demais classes devem se mover. Horizonte que, ao proceder à padronização, ao conformismo, desorganiza, inviabiliza, ou tenta, os projetos das demais classes. Desorganiza ativa ou passivamente: ativamente ao sobrepor seu projeto aos demais e, assim, descaracterizá-los; passivamente pela repressão pura e simples sobre os demais projetos. Horizonte que é estruturação do campo das lutas, das alianças, do permitido e do interdito. Racionalidade de classe que se faz história e que obriga às demais classes a pensar-se nessa história que não é delas.”

passam a receber suplementos (financeiro e/ou material), que são fornecidos por meio da assistência. Soma-se a isto o fato de que, para as camadas subalternizadas, a educação ainda se constitui como a única maneira que possuem de ascender socialmente. O Estado capitalista completa então o amálgama apassivador: a assistência (básica) viabiliza políticas de educação (para formação de habilidades e competências), que por sua vez possibilitarão a inserção no sonhado mundo do trabalho (precário). Já se estabelece aqui uma díade não exatamente nova, mas inovadora: *a assistencialização do trabalho*.

A assistencialização do conjunto das políticas sociais (MOTA, 2005), estratégia que vem sendo empreendida e recomendada pelos organismos financeiros multilaterais desde o final dos anos 1990, abastece este circuito. Com isto, o que se tem é a cronificação do combate à pobreza e, com ela estas políticas passam a ser sistemáticas. Os resultados para a sociedade e sua grande massa de trabalhadores – empregados ou não – serão deletérios.

Partimos da hipótese de que as transformações no mundo do trabalho conformaram uma sociedade calcada em formas de trabalho que não somente atualizam, mas intensificam a exploração e alienação da classe trabalhadora. Esta precarização implica na perda de direitos e na pauperização, exponenciando a “questão social”. A fim de combater a pobreza (e os “perigos” que ela acarreta), o Estado capitalista institui políticas que, por meio da assistência, viabilizam uma educação com base nas habilidades e competências exigidas para a consecução de um trabalho precário, mas que dão ao trabalhador a ilusão de estar *integrado* à sociedade, completando sua rendição à ordem do capital.

TEMPOS (NEM TÃO) MODERNOS

Falar das transformações ou metamorfoses contemporâneas no mundo do trabalho (mundo do capital) como uma espécie de nova morfologia social não é exatamente uma

novidade. A reafirmação da centralidade ontológica do trabalho, na medida em que este se constitui na *praxis* fundante do ser social⁴ também não é uma inovação.

Isto porque, ao mesmo tempo em que o trabalho é central para a sociabilidade humana, é também, no capitalismo, esvaziado de sentido. Pelo trabalho, o homem funda-se como ser social, desenvolve as forças produtivas. Contudo, a apropriação privada dos frutos desse desenvolvimento tem proporcionado a barbarização desta sociabilidade.

O operário conduzido ao mercado, pelo capitalista, aparece como possuidor, como o capitalista, de uma mercadoria intercambiável. Nessa cena jurídico-política sua mercadoria, a força de trabalho (e sua capacidade de produzir) é transformada em salário, como se este representasse o valor real do trabalho que ele dispense. O salário (aparência necessária) é visto como pagamento do trabalho realizado. Oculta-se, assim, o tempo de trabalho não remunerado, a exploração. Ao contrário: o salário é, sobretudo, uma antecipação de capital ao capital. Este tem como objetivo a sua valorização. O trabalho torna-se, assim, potência externa e antagônica ao próprio trabalhador. Ele constitui o seu próprio antagonista (DIAS, 1999, p. 81).

O conjunto dos avanços tecnológicos, a ênfase na informação e nos serviços, a supervalorização da estética, entre outros aspectos, fez emergir um capitalismo muito distinto daquele que nasceu com a revolução burguesa do século XVIII. Com este capitalismo aparecem, também, novas formas de subjetividade.

[...] as mãos que trabalham maquinalmente, vazias de espírito, são mãos sem vida porque nelas não pulsa a inteligência do operário. [...] Para que a mão possa ser posta nesta relação de exterioridade é preciso que deixe de ser uma mão concreta, humana, e se torne, por assim dizer, abstrata, indeterminada; é preciso que seja idêntica à de outro e se encontre com outras num universo comum de ações perfeitamente medidas e definidas, tanto no que concerne à sua forma, quanto a seu ritmo e duração. Em suma, é necessário que *minha* mão não me pertença, que se separe dela tudo aquilo que a une à minha consciência. E é exatamente isso que encontramos numa práxis repetitiva absoluta como a do trabalho que [...] se converte num verdadeiro trabalho encadeado. Nele, é total a separação entre a inteligência e a mão; o operário deve abolir qualquer tentativa de interferência consciente, reflexiva, a fim de transformar-se em mero prolongamento da máquina. A consciência não só se torna supérflua, como vira um obstáculo, segundo o demonstra o fato de que os operários menos inteligentes se adaptam melhor às exigências desse trabalho parcelado, monótono e mecânico, bem como o fato de os próprios dirigentes industriais reclamarem essa separação entre o pensamento e a mão (VÁZQUEZ, 1968, p. 272-73 – grifo do autor)

O desenvolvimento das forças produtivas – notadamente aquelas com alto aporte tecnológico – possibilitou a elevação dos níveis de produtividade, demandando um

⁴ Não há, aqui, uma equalização entre trabalho e *praxis*. A *práxis* é a *atividade objetivo-criadora do ser social*, e o trabalho é a *objetivação ontológico-social primária*. (NETTO, 1994).

número reduzido de trabalhadores. A exploração sobre o trabalho em regime de mais-valia – absoluta e relativa – na verdade, é repaginada. O trabalho torna-se multifacetado no que tange às suas formas, condições e relações, bem como ao perfil da própria classe trabalhadora, sem, contudo, alterar um duplo aspecto: sua centralidade ontológica e sua exploração no capitalismo (BRAVERMAN, 1987; BRAGA, 1997; DIAS, 1999 e 2012).

O processo de trabalho passa a ser fragmentado em etapas, mas estas não se realizam necessariamente no mesmo núcleo produtivo. Isto acarreta um “enxugamento” da planta industrial, o que permite que determinadas etapas, equipes e setores da produção sejam realizadas por outras unidades produtivas “prestadoras de serviços”, subcontratadas, terceirizadas, fornecedoras, montadoras. No centro da empresa encontram-se os trabalhadores assalariados numa relação de emprego mais estável, que atuam no núcleo da produção. Na periferia, concentram-se os assalariados ou contratados por tempo determinado, subcontratados, “colaboradores” ou autônomos.

O modo de contratação assume o caráter de regime por serviços prestados (com baixos salários de base, prêmios, comissões etc.), e trabalhos por demanda, mas nunca por sua jornada completa, independente da flutuação do mercado, com ou renúncia de benefícios trabalhistas, incerteza quanto à permanência no cargo; reduzindo os custos de produção da força de trabalho. Assim, pode-se diminuir a quantidade de funcionários, desumanizando a produção até o máximo sem que atrapalhe o volume de comercialização da empresa. Esta redução do quadro de pessoal eleva o nível de desemprego estrutural, acarretando a perda do poder de negociação dos sindicatos⁵. A consequência mais direta é a redução – ou mesmo extinção – de direitos sociais (saúde, educação, previdência etc.).

Entretanto, apesar de reestruturar-se e inovar-se repetidamente, o capitalismo não conseguiu resolver a sua principal questão: quanto mais ele se desenvolve – porque ele desenvolve as forças produtivas – mais, na relação de trabalho, pesa o trabalho morto.

⁵ Escapa aos objetivos e limite deste texto a discussão sobre o enfraquecimento dos sindicatos e a dessindicalização, a partir da reestruturação capitalista dos anos 1970. Entretanto, é necessário ressaltar que o aumento do desemprego estrutural não foi o único fator deste fenômeno que, em si, é polifacético. Mas não há como ignorar as forças capitalistas envidadas para a cooptação/corrupção das lideranças sindicais. No Brasil, a assunção de Lula da Silva à Presidência da República (2003), com a posterior nomeação de muitos sindicalistas para cargos – de vários graus de importância – atesta a eficácia desta manobra.

Reduz-se, então, a cota de trabalho vivo. Uma vez que o capital só se reproduz na medida em que emprega menos trabalho vivo, a contradição reside no fato de que ele só extrai valor do trabalho vivo. Essa equação não é conjuntural; trata-se de uma tendência de longo prazo.

O resultado desta contradição é que, enquanto o capitalismo se apropria dos resultados de um trabalho cada vez mais qualificado para promover o desenvolvimento acelerado das forças produtivas, ele desqualifica e libera contingentes cada vez maiores de trabalhadores de seus empregos, posto que se tornam, como já aludido, “desnecessários”. Entretanto, essa constante e ininterrupta redução engendra um universo de exclusão de tal ordem que passa a ameaçar a própria reprodução da lógica do capital.

A primeira – e mais perversa – consequência deste movimento é o desemprego.

De acordo com o relatório *Global Employment Trends 2012* (OIT, 2012), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o desemprego, em 2012, atingiu cerca de 200 milhões de indivíduos, o que representa um aumento de 27 milhões desde a crise de 2008.

No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE *apud* BRASIL, 2012), a taxa de desocupação⁶ foi estimada em 5,4%, em setembro de 2012. Ainda segundo a pesquisa do IBGE, a população ocupada – o que não quer dizer necessariamente empregada – totaliza 23,2 milhões, ou seja, cresceu 0,9% em comparação a agosto de 2012 (mais 212 mil ocupados). Um vislumbre do que pode significar a ascensão dos índices de “população ocupada” pode ser obtido na classificação por categorias de posição na ocupação, na qual o maior aumento em relação a setembro de 2011 foi o de *trabalhadores por conta própria* (7,7%).

O alarme da OIT soa especialmente para a população jovem (15 a 24 anos de idade), segmento que, em 2011, totalizou aproximadamente 74,8 milhões de desempregados no mundo (um aumento de 4 milhões em relação a 2007). Deste total, 6,4 milhões haviam perdido a esperança de conseguir um emprego e abandonaram o mercado de trabalho. Mesmo aqueles que possuem um emprego, em geral se encontram

⁶ Nos dados oficiais brasileiros, não existem *desempregados* no Brasil; só *desocupados* (o que significa várias coisas). Assim, as estatísticas podem estar escondendo a real situação da relação trabalho/emprego no país.

trabalhando em tempo parcial ou sob o regime de contratos temporários. Em nível mundial, os jovens possuem quase três vezes mais chances de desemprego que os adultos.

Em consonância com a OIT, os jovens também são fonte de preocupação para os gestores de políticas de trabalho no Brasil. Este segmento tem sido alvo de muitas políticas de qualificação para o trabalho. Estudos empreendidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2011) evidenciam que o número de jovens “ocupados” no país não permite uma avaliação segura, pois a taxa de desempregados não é apresentada na totalidade das regiões brasileiras. O que aparece, no documento, em relação aos índices de desemprego entre os jovens, diz respeito somente à estratificação, em separado, das microrregiões pesquisadas. O trabalho desprotegido (sem carteira) ainda é alto entre os jovens brasileiros (29,8%), sendo superior ao trabalho regular (com carteira) nas regiões Norte e Nordeste. Aqui também os trabalhos temporários e precarizados representam os maiores índices em relação ao emprego dos jovens.

Neste contexto, surge a necessidade de qualificar este segmento, especialmente nos seus estratos mais pauperizados – *naturalmente* perigosos – com uma aprendizagem de cunho manual, mas que permita a *inclusão* deste contingente no circuito capitalista e na ordem burguesa (notadamente no que diz respeito aos seus valores).

Para a OIT, o grande desafio é a criação de 600 milhões de empregos no próximo decênio. Mesmo que esta meta (conservadora) seja alcançada, ainda restarão 900 milhões de trabalhadores e suas famílias vivendo com menos de 2 dólares/dia no mundo.

A permanência e o aprofundamento da crise do capitalismo mundial mostra que as expectativas sobre a criação destes postos de trabalho são muito sombrias. A capacidade de a economia mundial criar novos empregos é nitidamente diminuta. Mesmo que haja uma melhora na crise mundial, esta não se traduzirá em taxas de crescimento suficientes para reverter substantivamente a relação emprego-população mundial, que permanecerá bem inferior aos níveis anteriores à crise nos próximos anos (OIT, 2012).

Mas o decréscimo da taxa de atividade esconde uma situação mundial ainda mais grave:

E o agravamento do desemprego no mundo só não foi maior porque houve uma acentuada diminuição na taxa de atividade. Em termos mundiais, em 2011 havia cerca de 29 milhões de inativos a mais do que era expectável de acordo com as tendências anteriores à crise. Se esses potenciais trabalhadores estivessem todos disponíveis para trabalhar e procurassem emprego, o número de desempregados ultrapassaria os 255 milhões de indivíduos, ou seja, uma taxa de 6,9% (OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES, 2012, p. 1).

A indesejável e persistente permanência de bolsões de pobreza, mesmo na população empregada, atordoa e assusta as entidades internacionais:

Embora tenha havido progressos no que se refere à redução da pobreza extrema entre os trabalhadores a nível mundial, a pobreza no trabalho continua muito disseminada. Em 2011, entre os 900 milhões de trabalhadores pobres, 456 milhões viviam numa situação de extrema pobreza, abaixo do limiar de 1,25 dólares por dia (OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES, 2012, p. 1).

Em relação ao emprego chamado “vulnerável” (informais e trabalhadores familiares), a estimativa é de 1,52 bilhão de indivíduos no mundo pertencentes a este grupo.

Na atualidade, como alternativa à ociosidade, crescem as cooperativas, o trabalho doméstico, as microempresas, além de um contingente não desprezível de indivíduos que recorrem ao trabalho autônomo (que, para a OIT, caracteriza o trabalho vulnerável). O destaque fica com o trabalho informal, antes tido como “coisa de vagabundo”; agora ganha novo *status*: o trabalhador informal é, antes de tudo, um empreendedor, um homem ousado; a personificação do *self made man*. O que se oculta por trás desta “valorização” da informalidade é a perda de direitos trabalhistas, a imprecisão que se estabelece na relação capital/trabalho, e a instabilidade. A informalidade, portanto, é funcional ao capitalismo contemporâneo, pois despeja no mercado uma mão de obra cujo preço será extremamente barato, sem regulamentação e com pouco (ou nenhum) custo social.

Esses trabalhadores aparentemente sem patrões estão diretamente articulados à produção capitalista. E, em sendo assim, o tempo de trabalho é igualmente determinante, porque mesmo que o trabalhador não sofra a vigilância direta de quem paga pelo trabalho, ele tem a obrigação de fornecer um quantum determinado de trabalho ao final de um período (semana, quinzena, mês), se quiser garantir a sua reprodução. Se exercer a “liberdade” de não trabalhar um dia, terá que produzir duplamente no dia seguinte, ou explorar o trabalho não pago de membros da família, contanto que apresente o resultado (TAVARES, 2004, p. 110).

O Sistema “S” (agora SEBRAE) possui um arsenal de cursos para ajudar o trabalhador a se enforçar com sua própria corda.

[...] Ao converter o trabalhador em proprietário da máquina, parte do capital constante é agora fornecido pelo próprio trabalhador. Ao transformar o trabalhador em proprietário da máquina na qual ele e sua família trabalham, faz do antigo operário o capataz de si e de sua família. Ao fazer da casa do proprietário o lugar da produção, em vez do surgimento da sociedade-fábrica do “trabalho imaterial”, temos uma brutal economia nos custos das instalações. Ao fazer o trabalhador ser o seu próprio operário (ou, se quiserem, ao forçar o operário, além de trabalhar, também a personificar o capitalista), o capital amplia sua lucratividade economizando nos “custos sociais” e administrativos. E, por fim, o operário, ao não encontrar no mercado ninguém disposto a comprar as peças que ele fabrica e na escala em que o faz a não ser o seu antigo patrão, termina submetido a um processo de produção cuja razão de ser continua sendo dada pelo capital (ironicamente, muitas vezes pelo mesmo grupo capitalista que antes assinava a sua carteira de trabalho) (LESSA, 2002, p. 125).

As situações apresentadas desnudam a tendência de uma das piores faces da crise: a formação de uma cadeia de retração entre o mercado de trabalho e a macroeconomia, em particular nos países cêntricos. Para o capital, o crescimento do desemprego e a redução dos salários possui como contrapartida a diminuição da demanda por mercadorias e serviços, desestimulando as empresas a contratar trabalhadores e investirem em novos nichos.

A absurda desumanização do trabalho e dos trabalhadores exposta nos noticiários de todo o mundo, obriga o capitalismo a estabelecer medidas que simulem uma mudança de rumos em relação à brutalização do mundo do trabalho (ou do capital). Cunha-se, então, o Trabalho Decente⁷, cuja finalidade é garantir o que deveria ser garantido desde sempre ao trabalhador.

No Brasil, a experiência do Trabalho Decente, de acordo com Guimarães (2012) garante o acesso aos direitos associados ao trabalho e à proteção social e, quando combinado com aumentos de produtividade e igualdade de oportunidades e de tratamento no emprego, tem o potencial de diminuir exponencialmente a pobreza extrema e a fome por meio do aumento e melhor distribuição da renda. Tudo isto porque

⁷ “Em 1999 a OIT formalizou o conceito de Trabalho Decente como [...] oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas. O Trabalho Decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT (o respeito aos direitos do trabalho, a promoção do emprego, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social), e condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável” (GUIMARÃES, 2012).

“O acesso a um Trabalho Decente permite às pessoas obter uma quantidade de bens e serviços por meio de seus rendimentos. Ao mesmo tempo, oferece a oportunidade de prover um serviço produtivo à sociedade e *expandir habilidades e talentos*. [...]” (GUIMARÃES, 2012, p. 85).

O que este belo discurso oculta é que as formas e condições de trabalho nesta modalidade de política social, primeiramente, são absolutamente funcionais ao capital. Em segundo lugar, movimenta a aspiração de “cidadão consumidor”, pois os indivíduos se sentem produtivos e “incluídos”, uma vez que podem adquirir mercadorias que antes ficavam somente na esfera do desejo⁸. Por último, são destinadas a retirar os indivíduos da pobreza extrema (se necessário, com a “ajuda” de políticas como o Bolsa Família e similares), mas não a emancipá-los ou permitir-lhes qualquer mobilidade social vertical (LEITE, 2013).

A ASSISTENCIALIZAÇÃO DO TRABALHO

Como já elucidado, o que é central para o capital, hoje, a fim de passivizar a classe trabalhadora, é o estabelecimento da centralidade das políticas compensatórias em associação ao alívio da pobreza por meio de ações educacionais dirigidas para formar trabalhadores para ocupações menos complexas. Desta forma, [...] *tais políticas, ao contrário de serem práticas de suporte à formação, passam a ser o seu objetivo ou, em outras palavras, o foco central desta atividade* (LESSA, 2010, p. 21 – grifos do autor)

O arsenal de políticas “integradoras” e “inclusivas” não para de crescer e se expandir. A partir da conjugação assistencialismo, trabalho e educação nestas políticas, a reprodução, integração e reintegração periférica da força de trabalho e o controle da pobreza são garantidos. Além disso, o trabalhador, ao ser envolvido na matriz ideológica (principalmente pela via da educação), introjeta os comportamentos e valores burgueses, tendo a sua subjetividade capturada pelo e para o capital. Isto porque “[...] enquanto efeito do trabalho ideológico, a ‘captura’ da subjetividade do homem que

⁸ Não se pode desconsiderar, no todo deste conjunto, o papel que o crédito tem realizado, pois é por meio dele que os indivíduos adquirem bens antes só destinados à burguesia (computadores, roupas de *griffe*, carros etc.).

trabalha significa a despersonalização do trabalho vivo por meio de dispositivos de desconstrução da pessoa humana” (ALVES, 2010, p. 45).

Os *green jobs*, empregos criados a partir da vaga ideológica do Desenvolvimento Sustentável e da Economia Verde, na verdade exploram a mão de obra das populações do entorno em que estão localizadas suas “ações verdes”. Uma vez que o capitalismo, em nome da Responsabilidade Sócio Ambiental, agrega valor a empresas (ALCANTARA; LEITE, 2011), estas populações são treinadas para atuar em seis grandes categorias: produção e manejo florestal; geração e distribuição de energias renováveis; saneamento, gestão de resíduos e de riscos ambientais; manutenção, reparação e recuperação de produtos e materiais; transportes coletivos e alternativos ao rodoviário e aeroviário; e telecomunicações e teleatendimento (GUIMARÃES, 2012, p. 91). Tem-se, desta forma, uma força de trabalho duplamente gratificada: primeiro, porque conseguiu um emprego, e – não menos importante – reconhecida, porque sua atividade ajudará a “salvar o planeta”.

O *Programa Empregos Verdes da OIT*, instituído em junho de 2009, vem para suprir lacunas na implementação de ações e treinamentos. No Brasil, uma particularidade da definição do conceito de empregos verdes

[...] se refere a postos de trabalho inseridos em determinadas atividades econômicas e não a ocupações específicas. O que atribui o caráter “verde” aos postos de trabalho que esse conceito pretende designar são, antes de mais nada, os impactos ambientais concretos das atividades econômicas que lhes dão origem (GUIMARÃES, 2012, p. 89).

O envolvimento direto dos governos dos países periféricos na qualificação de pessoal para atuar na Economia Verde (UNEP, 2008; PNUMA, 2011) guarda ligação direta com a exploração comercial do meio ambiente, anabolizada pela exploração brutal da mão de obra “qualificada” para atuar nas atividades verdes.

O *Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador* (Proemprego) objetiva, através do empreendedorismo, potencializar a geração de empregos. São financiadas as seguintes áreas: transporte coletivo de massa; saneamento ambiental; infraestrutura turística; obras de infraestrutura voltadas para a melhoria da competitividade no país; revitalização de subsetores industriais em regiões com problema de desemprego; saúde pública; educação; projetos multissetoriais integrados; administração tributária; comércio; e serviços.

Os programas que, via qualificação profissional, prometem erradicar a pobreza e gerar empregos, são inúmeros. A velocidade com que aparecem, desaparecem e reaparecem sob um novo nome, mas com as mesmas finalidades, características e formas de intervenção é impressionante⁹. Instaure-se um circuito verdadeiramente lampedusiano: tudo muda para permanecer exatamente igual.

A implementação destes programas, em geral, conta com a promoção conjunta do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Ministério da Educação (MEC), e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A fim de gerir, controlar e implementar estes programas, um verdadeiro exército de *interventores sociais* é constantemente convocado.

O *ProJovem* (nas suas várias modalidades) é a modalidade de qualificação para jovens que mais reúne programas assistenciais e também a mais abrangente para este segmento populacional. A qualificação profissional oferecida ao aluno está agrupada em arcos ocupacionais (ao todo, 23), cada um representado por uma área de atuação no mercado: serviços domésticos, alimentação, transporte dentre outros. Cada arco possui um agrupamento de ocupações.

Instituído em 2012, o *Programa Aprendiz Legal* visa exclusivamente a aprendizagem voltada para a preparação e inserção de jovens no mercado de trabalho. A exemplo do ProJovem, as qualificações oferecidas também são agrupadas em subgrupos. São oferecidos os seguintes cursos, que devem ser ministrados na instituição formadora e no ambiente de (futuro) trabalho: auxiliar de alimentação (preparo e serviços); auxiliar de produção industrial; comércio e varejo; conservação, limpeza e sustentabilidade ambiental; gestão; ocupações administrativas; práticas bancárias; telesserviços; e turismo.

A análise destes programas revela que, sob o mote de “qualificação profissional”, o que se oferece são cursos de aprendizagem voltados para o desempenho de atividades ligadas ao setor de serviços com vistas a atender os interesses do mercado. Ao fim e ao cabo, os jovens são formados para ocupações voltadas ao mercado informal de trabalho.

⁹ O Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor) transmuta-se em Plano Nacional de Qualificação (PNQ); o Comunidade Solidária agora é Economia Solidária; o *Programa Primeiro Emprego*, que não registrou índices de adesão sequer razoáveis, virou ProJovem, e assim por diante.

Assim, estes jovens garantem a baixa remuneração da mão de obra e sua submissão diante das condições de trabalho que lhes são postas. Isto porque, ainda que consigam um emprego nas áreas de formação oferecidas, o que se verifica é que são trabalhos que não rompem com o *ciclo da pobreza*. Ao contrário, contribuem para ele.

Assim, a assistencialização das políticas de qualificação profissional oculta e simplifica a relação entre empobrecimento e ausência de acesso à educação, tornando a pobreza um mero resultado da desqualificação profissional do trabalhador.

CONCLUSÃO

Uma das contradições fundamentais do mundo contemporâneo é o fato de que o capitalismo não pode parar. Para tanto, ele cria uma dinâmica cada vez mais revolucionária dos procedimentos de controle da natureza e de produção de bens – materiais e simbólicos.

Uma das estratégias que vem sendo empreendidas é a implementação de um amplo conjunto de “formas alternativas” de encaminhar os programas sociais, que passam a ocupar espaços onde antes predominava o Estado. Mas deve-se ter presente que uma parte importante dessas novas estratégias – para amortecer e neutralizar as expressões da “questão social” – podem ser pensadas como *instrumentos para eliminar o caráter da luta política, convertendo os conflitos e tensões sociais em expressões vazias de sentido transformador, com a intencionalidade de convertê-las em expressões neutras*.

A atenção privilegiada em uma das parcelas da base da classe trabalhadora (os mais pobres entre os pobres), e a preocupação em construir apenas saídas utópicas, são relevantes e contemporâneos aspectos da sofisticada batalha para fornecer uma visão de mundo a partir da classe burguesa. Todo este processo tem como objetivo a captura da subjetividade da classe trabalhadora, desorganizando sua capacidade em formular um projeto específico. No limite, mantém os trabalhadores no plano econômico-corporativo, impedindo-os de chegar ao plano ético-político, obstruindo qualquer tentativa de superação da sociabilidade do capital.

As políticas sociais, travestidas em “programas para grupos específicos”, funcionam exatamente como instrumento de divisão da classe trabalhadora, a partir da sua característica residual. Perde-se, com isso, o horizonte da luta coletiva. Ademais, a focalização despolitiza as políticas, tirando a atenção da totalidade do real, naturalizando, banalizando e criminalizando as refrações da “questão social”, transformando-as em expressões individuais. Nenhum dos programas que, hoje, está em desenvolvimento, oferece qualquer porta de saída. Apresentar este tipo de solução como algo mais que emergencial, não é apenas um equívoco: é uma orientação política de natureza claramente ideológica. Dá-se aos pobres para conservá-los como tais.

Nos dias que correm, nos quais a maré montante conservadora liberal, impulsionada pela corrente pós-moderna, relativiza a importância do trabalho para a sociedade, chegando mesmo a negar a sua relação umbilical com o capitalismo; reafirmar a centralidade ontológica do trabalho não é um exagero semântico: é reafirmar a vida.

REFERENCIAS

ALCANTARA, Gisele O. ; LEITE, Janete L. A Responsabilidade Socioambiental como espaço de atuação profissional para o Serviço Social. **Debate & Sociedade**, Uberlândia v. 1, n. 1, p. 95-110, 2011.

ALVES, Giovanni. Trabalho, capitalismo global e a “captura” da subjetividade: uma perspectiva crítica. In: SANT’ANA, R.S. (org.). **Avesso do Trabalho II**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 41-60.

BRAGA, Ruy. **A Restauração do Capital**. São Paulo: Xamã, 1997.

BRASIL, Secretaria de Comunicação Social (SECOM). **Nível de emprego em setembro é o maior desde 2002**. Brasília: Presidência da República, out. 2012. Disponível em: <www.secom.gov.br/sobre-a-secom/acoes-e-programas/comunicacao-publica/em-questao/edicoes-anteriores/outubro-2012/boletim-1645-26.10/nivel-de-emprego-em-setembro-e-o-maior-desde-2002>. Acesso em: 19 out. 2014.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

DIEESE. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010-2011: juventude**. São Paulo, 2011.

DIAS, Edmundo F. **Revolução Passiva e Modo de Vida**: ensaios sobre as classes subalternas, o capital e a hegemonia. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2012.

_____. **A liberdade (im)possível na ordem do capital**: reestruturação produtiva e passivização. São Paulo: IFCH/UNICAMP, set. 1999. (Série Textos Didáticos, n. 29).

GUIMARÃES, José R.S. **Perfil do Trabalho Decente no Brasil**. Brasília: OIT, 2012.

LEITE, Janete L. Trabalho e (des)Emprego na Atualidade: Prometeu passivizado. In: MONTAÑO, Carlos; BASTOS, Rogério L. **Conhecimento e Sociedade**: ensaios marxistas. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

_____. “Questão Social” e Políticas Sociais Brasileiras: o governo Lula em pauta. In: LEITE, J.L.; HEIN, E.L.L. (orgs). **Revista Temas & Matizes** (Dossiê Questão Social) Cascavel: Edunioeste, ano 10, v. 10, p. 81-95, 1º sem. 2010.

LESSA, Sergio. Trabalho imaterial, classe expandida e revolução passiva. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.15, p. 107-126, 2002.

MOTA, Ana E. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. Razão, ontologia e práxis. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 15, n. 44., p. 26-42, abr. 1994.

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES. **OIT sublinha a importância de medidas políticas coordenadas a nível mundial para o combate ao desemprego**. Disponível em: <www.observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=news&id=194>. Acesso em: 1º dez. 2014.

OIT. **Global Employment Trends 2012**: Preventing a deeper jobs crisis. Genebra, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Rumo a uma Economia Verde**. Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. 2011. Disponível em: <www.unep.org/greeneconomy>. Acesso em: 8 maio 2011.

TAVARES, Maria A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**. São Paulo: Cortez, 2004.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). **Green Jobs**: Towards decent work in a sustainable, low-carbon world. Washington: Worldwatch Institute, 2008.

VÁZQUEZ, Adolfo S. **Filosofia da Praxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.